

A “grande école” que quis deixar de ser elitista

Um dos paradoxos do sistema educativo francês, tão igualitário, é a sobrevivência dos autênticos bastiões elitistas das Grandes Escolas Superiores. Entre estas, destacou-se sempre a École Libre des Sciences Politiques, conhecida como Sciences-Po, onde se formou grande parte da elite política, empresarial e intelectual francesa. Esse centro escolar de Paris, fundado em 1871, tem o nível das Grandes Écoles, como a Normal Superior ou a Escola Politécnica. Outra delas, a École Nationale d’Administration (ENA), dá nome aos “enarcas”, que ocupam os mais altos cargos da Administração pública francesa.

A estes centros altamente seletivos, acede-se depois do ensino secundário e após um tempo de *prépas*: dois anos intensivos, centrados na preparação do “concurso”, exame de ingresso. Pelo contrário, as universidades públicas francesas estão obrigadas a admitir todos os estudantes da zona que o peçam, desde que tenham obtido o título do ensino secundário.

Em 2001, Richard Descoings, diretor da Sciences-Po, avançou com um programa experimental para a democratização da sua Escola, até essa altura frequentada quase exclusivamente por estudantes de famílias com boas condições socioeconómicas (filhos de empresários, profissionais liberais, dirigentes ou intelectuais). Reformou o sistema de admissão, para tornar acessível o ingresso a um maior número de candidatos internacionais, que tinham a possibilidade de apresentar um registo com as notas obtidas na sua escola e os resultados de exames nacionais, como o britânico GCE, ou o SAT norte-americano.

Sobretudo, estabeleceu um princípio de discriminação positiva a favor de escolas secundárias desfavorecidas de França, pertencentes às zonas conhecidas como ZEP (zonas de ensino prioritário, nos bairros periféricos das grandes cidades): o compromisso de admitir os alunos mais capazes, independentemente dos resultados do exame. Os liceus selecionariam os alunos que estivessem em melhores condições de estudar na Sciences-Po, os quais não teriam de ultrapassar o competitivo exame de ingresso, mas apresentar unicamente um trabalho e fazer uma entrevista,

proporcionando-lhes, além disso, a ajuda económica de que necessitassem. A esta via de acesso foi dado o nome de Convenções de Ensino Prioritário (CEP).

O Professor Descoings apresentou o estudo mandado elaborar oficialmente para determinar o impacto da primeira década desta iniciativa. Coordenou-o Vicent Tiberj, um sociólogo investigador em Ciências Políticas. Confirma-se que o rendimento dos alunos provenientes das ZEP é semelhante ao dos seus companheiros.

O número de bolseiros passou dos 6% de 2001, para os 27%, quase o dobro da percentagem nas restantes Écoles, embora este incremento se deva ao aumento geral do número de estudantes bolseiros a “taxas zero” (isenção de direitos de inscrição). Essa ajuda financeira coincidiu com um notório aumento das taxas gerais que os alunos pagam: passaram de 1.050 para 9.550 euros nas matrículas de graduação no ano letivo em curso. Em 2004, as taxas triplicaram, em parte para conseguir uma maior independência financeira da Escola, e também para conseguir uma “redistribuição dentro do corpo de estudantes”: os alunos mais pobres não pagariam nada, enquanto que aqueles cujo rendimento familiar ultrapassasse os 200.000 euros por ano, pagariam o total da matrícula. Embora não sejam necessárias aulas de recuperação, aos estudantes bolseiros – 40%, estrangeiros – é oferecido apoio de tutoria para os ajudar a ir acompanhando um ritmo mais rápido do que conheceram na escola secundária.

O resultado mais positivo – como escreveu D. D. Guttenplan no “International Herald Tribune” – é que a esmagadora maioria dos alunos termina pontualmente os seus estudos, em contraste com o que se passa no sistema geral do ensino universitário francês, onde quase metade dos alunos não ultrapassa o primeiro ano.

Apesar do grande sucesso de imagem, o balanço em termos de democratização continua a deixar muito a desejar. Das CEP, beneficiaram em dez anos, 860 estudantes, em grande parte de famílias de imigrantes, de 85 liceus de todo o território francês (incluindo colónias). Hoje em dia, são cerca de 10% do primeiro ano. Provavelmente nunca teriam entrado na Sciences-Po sem essa fórmula. Mas a percentagem de estudantes de famílias com baixos rendimentos continua a ser minoritária. Os filhos de camponeses, operários e empregados triplicaram desde 1997, de 4,5% para 13% em 2011, mas é um número mínimo em comparação com o seu peso na população francesa. A Sciences-Po renovou apenas marginalmente a

origem social dos seus estudantes, segundo escreve Philippe Jacqué no “Le Monde”.

Todavia, como refere Vicent Tiberj, “para uma Escola do seu nível, a Sciences-Po é relativamente aberta socialmente, embora as CEP não permitam colmatar a diferença existente com os centros universitários”. Ao mesmo tempo – explica Philippe Jacqué –, teve um efeito benéfico para o conjunto do ensino superior, pois obrigou outras instituições a enfrentarem o problema.

De qualquer forma, e apesar das taxas de sucesso, não faltam críticas devido à possível deterioração académica formativa dos alunos, por não se terem adotado métodos de ensino mais práticos, de acordo com a experiência de importantes instituições universitárias dos Estados Unidos.

S. B.

O consumo de cannabis antecipa o desenvolvimento de psicoses

Desde há algum tempo, estudos e especialistas têm salientado a correlação existente entre o consumo de cannabis e o aparecimento precoce de transtornos psíquicos, como a esquizofrenia. No entanto, as conclusões destes estudos eram polémicas, porque não tinham em conta outros fatores importantes. Assim, por exemplo, não permitiam distinguir a incidência da cannabis da do tabaco, pois é frequente fumar a marijuana misturada. Muito menos se examinava a importância da condição sexual ou as diferenças de idade e, por isso, tinha sido criticado o seu valor empírico.

Num artigo publicado na revista especializada “Archives of General Psychiatry” com o título de “Cannabis use and earlier onset of psychosis”, um grupo de investigação, coordenado por pessoal da Universidade da Nova Gales do Sul (Austrália), analisou e sintetizou em conjunto os resultados de 83 investigações diferentes sobre o tema, envolvendo 22.000 participantes. Nesta meta-análise, tal como é chamada na prática científica, os especialistas concluem que “o uso da cannabis desempenha um papel causador no desenvolvimento precoce da psicose nalguns pacientes”.

Concretamente, o estudo defende que o consumo da marijuana antecipa o aparecimento de desequilíbrios mentais em 2,7 anos relativamente a pessoas não consumidoras. Diversamente de outras investigações, nesta tem-se em conta o peso de outras substâncias, mas é mais baixo do que o da cannabis. Entre outras coisas, afasta-se a ideia de que o consumo do álcool tenha os mesmos efeitos e muito menos o do tabaco que, segundo os investigadores, não provoca agravamento da psicose.

Com os estudos empíricos, pode-se afirmar que há “evidências suficientes” para relacionar o consumo de marijuana e o aparecimento precoce de doenças psicóticas. Não se refere, todavia, que o hábito de tomar cannabis provoque esquizofrenia, mas alerta-se para os riscos que poderia ter o seu consumo em pessoas com uma certa predisposição para a doença ou para o que denominam “sensibilidade”, aludindo para a possível existência de um determinado gene, explicando desta forma a razão pela qual as taxas de esquizofrenia se mantêm estáveis, enquanto tem aumentado o consumo de marijuana.

Por outro lado, a “Time” revelou outra investigação onde se analisavam 190 casos de esquizofrenia, sublinhando que, em 120 desses casos, se revelava o consumo de marijuana. Um sub-grupo de 44 doentes, além disso, ou tinha desenvolvido os primeiros sintomas psicóticos no primeiro mês de consumo, ou este tinha causado um significativo agravamento da sintomatologia.

Segundo a “Archives of General Psychiatry”, os resultados que se apresentam, exigem o reexame de certas políticas de saúde, tendo em conta que, segundo o inquérito nacional sobre o consumo de drogas de 2009, nos EUA, mais de 16 milhões de pessoas consomem regularmente cannabis e que a maioria delas começa a fazê-lo no período da adolescência.

Nascidos mortos: a praga escondida

A revista médica “The Lancet” publicou uma série de artigos sobre o problema dos nascidos mortos no final da gestação. A “The Lancet” reúne desde há diversos anos, estatísticas de mortalidade neonatal e mortalidade materna. Agora, com a colaboração de 69 especialistas, diferentes países e organizações, coloca o foco num aspeto pouco conhecido.

Segundo este estudo, todos os dias nascem mortas no mundo mais de 7.300 crianças. Segundo a definição da Organização Mundial de Saúde, um “nascido morto” é aquele feto que falece durante a gravidez, pesando pelo menos um quilo ou a partir das 28 semanas de gestação.

O total dos fetos nascidos mortos em 2009, ascendeu a 2,6 milhões, com uma margem de erro de 2,1 a 3,8 milhões (dado este muito importante, como veremos em seguida). Isto pressupõe uma redução de 14% em relação a 1995, quando se estimaram uns 3 milhões. O Paquistão e a Nigéria têm os números de nascidos mortos mais elevados, enquanto Singapura e Finlândia têm os mais baixos.

98% destes acontecem em países de rendimento baixo e médio, o que indica ser determinante o grau de desenvolvimento. De facto, 66% de todos estes casos concentram-se em apenas dez países. E quase 1,2 milhões de

mortes surgem durante o parto, por falta de cuidados e meios especializados.

A “The Lancet” conclui que, além das complicações no parto, as outras quatro causas mais comuns destas mortes são: infeções sofridas pela mãe durante a gravidez, transtornos na sua saúde (especialmente hipertensão e diabetes), atraso do crescimento do feto e anomalias congénitas.

A “The Lancet” destaca que, apesar dos números alarmantes, o problema está a ser evitado pela comunidade internacional. Os fetos nascidos mortos não aparecem nas estatísticas da ONU e nem sequer estão contemplados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Inclusivamente, dentro da própria sociedade, sobretudo em países pouco desenvolvidos, estes casos são escondidos, culpando-se muitas vezes a própria mãe, atendendo a superstições mais do que a razões médicas.

O facto de em muitos países se “esconderem” estas mortes, ou diretamente não se contabilizarem, complica imenso a avaliação do fenómeno. E, ao mesmo tempo, a falta de estatísticas confiáveis nos países onde mais casos ocorrem é – destaca o estudo da “The Lancet” – um dos principais obstáculos para compreender e, portanto, reduzir, o problema dos fetos nascidos mortos.

A partir dos dados disponíveis, a “The Lancet” apela aos governos, à comunidade internacional, às organizações profissionais... para que se esforcem em reduzir esta mortandade. Segundo a OMS, que colaborou no estudo, evitar-se-iam mais de um milhão de mortes com intervenções relativamente simples. Dando cobertura universal a emergências obstétricas, evitar-se-iam 696.000 mortes por ano. A deteção e tratamento da sífilis, da malária, da hipertensão e da diabetes durante a gravidez, reduziria o número em 250 mil. Outras medidas, como tratar o atraso do crescimento do feto, ou provocar o parto quando este se atrasa excessivamente, evitaria mais outras 159.000.

J. M. M. de M.

“Cuando la ayuda es el problema”

Dead Aid: Why Aid is Not Working and How there is a Better Way for Africa

Autor: Dambisa Moyo
Gota a Gota. Madrid (2011).
288 págs.
Tradução (para castelhano):
Estefanía Pipino.

Se a qualquer pessoa que habita num país dos denominados ricos ou avançados se perguntar qual é o principal obstáculo

que dificulta o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, e muito em particular dos que se encontram no continente africano, é muito possível que responda de modo imediato: a falta de ajuda. É precisamente esta perspetiva instalada nas posições e comportamentos de cidadãos, governos e organismos internacionais, relativamente ao problema da pobreza e da falta de desenvolvimento em África, o que tenta rebater de forma contundente Dambisa Moyo no seu livro “Cuando la ayuda es el problema”.

Dambisa Moyo é africana e conhece bem a realidade do seu país de origem, Zâmbia, e a do seu continente, assim como a mentalidade e perspetiva dos países ocidentais. Tem experiência em instituições públicas de desenvolvimento (Banco Mundial) e no setor financeiro (Goldman Sachs). Colabora habitualmente em publicações económicas como o “Financial Times” ou o “The Wall Street Journal”. O seu prestígio e reconhecimento foram crescendo a par do burburinho e das numerosas divergências que a sua tese de rutura gerou em torno da origem da pobreza, das políticas de desenvolvimento e da cooperação internacional.

Muitas interrogações surgem a respeito de África: porque motivo é o continente que não consegue crescer e prosperar? Porquê tantos “Estados falhados”? Serão os seus líderes geneticamente mais violentos e corruptos? Porque motivo África parece condenada a não se ligar ao desenvolvimento do resto do mundo e às vantagens da globalização do século XXI? Dambisa Moyo tem uma resposta: o problema reside precisamente na ajuda.

Nos últimos 50 anos, transferiram-se dos países ricos para os países pobres, mais de dois milhões de milhões (2.000.000.000.000) de dólares em ajuda, sendo África, a grande distância, o principal recetor desses fundos. O resultado é, na sua opinião, concludente: o modelo baseado nas ajudas foi um fracasso, pois é evidente que não conseguiu nem um crescimento económico sustentável, nem a esperada redução da pobreza. E mais, a sua aplicação provoca efeitos políticos e económicos adversos (corrupção, conflitos, inflação, debilidade de capital social e da competitividade), gera um círculo vicioso e condena grande parte dos países africanos a viver da caridade do primeiro mundo.

A sua proposta? Redução drástica num período de cinco anos do tipo de ajuda que África tem vindo a receber e a implementação de modelos alternativos que se mostraram eficazes noutras regiões e países. Defende, com argumentos baseados em dados e experiências de sucesso, que os governos, perante a ameaça de não poderem contar com esse importante fluxo de fundos através das ajudas, ver-se-iam empurrados para financiar o seu desenvolvimento através do sistema de mercado livre (maior participação no comércio internacional, atração de investimento estrangeiro direto, acesso ao mercado de capitais, canalização da poupança interna e fomento dos microcréditos). E não tem a menor dúvida de que esta perspetiva seria perfeitamente compatível com a utilização dos recursos assim obtidos numa “agenda” baseada em valores sociais essenciais (educação e saúde, fundamentalmente).

Com este interessante e divertido livro, uma brilhante economista africana, Dambisa Moyo, deixa-nos um livro polémico. A reflexão, relativamente à contribuição eficaz que os países ocidentais devem realizar e à necessidade de que os próprios africanos assumam as rédeas do seu futuro, também.

L. B. M.

